

**4ª CÂMARA CÍVEL**

Embargos de Declaração na Apelação Cível nº 186313-2

Embgnte: Eliane Berardo Carneiro da Cunha

Embgdo: UNIBANCO – União de Bancos Brasileiros S/A

Relator: Eurico de Barros Correia Filho

**ACÓRDÃO**

**Ementa.** Embargos de declaração em face de acórdão proferido em Apelação Cível. Instituição financeira. Pretensão de repetição de indébito de tarifas e encargos cobrados em conta corrente no período de agosto/1994 até agosto/2003 c/c indenização por danos morais. Pretensão recursal que não se enquadra no conceito de contradição estabelecido no art. 535 do CPC. Precedentes do Superior Tribunal de Justiça. Inexistência de incoerência/incompatibilidade entre a fundamentação e a parte dispositiva do julgado. Pedido que reflete mero inconformismo e, ainda, renovação de matéria de mérito. Impossibilidade em sede de aclaratórios. Rejeição dos embargos de declaração. Decisão unânime.

**ACÓRDÃO**

Acordam os desembargadores integrantes da 4ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, por unanimidade, em REJEITAR os aclaratórios, de conformidade com o relatório e voto, que devidamente revistos e rubricados, passam a integrar este julgado.

Recife, 30 de abril de 2014.

Eurico de Barros Correia Filho  
Des. Relator

tc

tc



**4ª CÂMARA CÍVEL**

Embargos de Declaração na Apelação Cível nº 186313-2

Embgnte: Eliane Berardo Carneiro da Cunha

Embgdo: UNIBANCO - União de Bancos Brasileiros S/A

Relator: Eurico de Barros Correia Filho

**RELATÓRIO**

**Eliane Berardo Carneiro da Cunha** interpôs embargos de declaração (fls. 646/648) em face do acórdão proferido na apelação cível (fls. 640/641), assim ementado:

*Ementa. Apelação cível em sede de ação ordinária de indenização c/c exoneração de encargos ilícitos. Sentença que julgou parcialmente procedentes os pedidos formulados na inicial. Supostas cobranças indevidas (encargos e tarifas) promovidas na conta corrente da autora no período de agosto/1994 até agosto/2003.*

*1. Preliminar de nulidade da sentença. Aplicação do entendimento de que fundamentação sucinta não se confunde com ausência de fundamentação. Precedentes. Rejeição da preliminar. Decisão unânime.*

*2. Mérito.*

*2.1. Constatação de que esta própria 4ª Câmara Cível já teve a oportunidade de apreciar anteriormente a presente lide (Apelação nº 110888-9) momento em que anulou a sentença do magistrado singular e determinou o retorno dos autos ao Juízo a quo. Trânsito em julgado. Acórdão que reconheceu a incidência da prescrição em face de parte do período pleiteado (anterior à junho de 2000), bem como determinou a realização de perícia para instrução da lide.*

*2.2. Sentença recorrida que incorreu em violação à coisa julgada por ter contemplado período já declarado prescrito na Apelação Cível nº 110888-9.*

*2.3. Determinação do Juízo para que a ré apresentasse eventuais contratos de empréstimos firmados pela autora, bem como extratos de sua conta. Recusa devida por parte da instituição financeira na medida em que afirmou jamais ter firmado qualquer contrato escrito de empréstimo com a autora e que eventuais créditos liberados em sua conta corrente decorreu da utilização do limite do seu cheque especial. Afastamento da penalidade prevista no art. 359 do CPC.*

*2.4. Limitação da taxa de juros ao percentual de 12% ao ano. Inaplicabilidade às instituições financeiras. Observância do disposto na Súmula Vinculante nº 07 do STF e Súmula 382 do STJ.*

*2.5. Capitalização de juros. Constatação de que os encargos e tarifas discutidos nos autos são anteriores à edição da Medida Provisória nº 1963-17 de 31.03.2000. Anatocismo. Configuração. Indébito apurado nos termos da perícia promovida perante a instância originária. Devolução em dobro. Obrigatoriedade. Aplicação da regra estampada no art. 42, parágrafo único, do Código de Defesa do Consumidor. Conduta abusiva configurada nos autos por parte da apelante.*

*2.6. Dano material por presunção. Impossibilidade. Exclusão da condenação dos valores referentes à capitalização alusiva a período inferior ao anual e não documentado.*

2.7. *Dano moral. Inocorrência. Constatação de que as cobranças impugnadas nos presentes autos incorreram em meros aborrecimentos em desfavor da autora. Inexistência de abalo psíquico a justificar tal pretensão. Precedentes do colendo Superior Tribunal de Justiça. Exclusão da condenação imposta na sentença.*

3. *Provimento parcial do recurso. Reconhecimento da legalidade da taxa de juros aplicada pelo réu. Afastamento do dano material presumido referente ao período não documentado por extratos, bem como do dano moral imposto pelo Juízo a quo. Mantida a devolução do indébito, de forma dobrada, dos valores relativos aos juros capitalizados no período comprovado nos autos. Decisão unânime.*

Em suas razões recursais (fls. 646), defende a recorrente a existência de contradição na medida em que o Des. Jones Figueiredo reconheceu em seu voto a necessidade de se limitar a taxa de juros em relações bancárias ausente de estipulação expressa, contudo, logo depois "*arguiu a ausência de amparo legal que imponha ao credor receber valor inferior ao ajustado*".

Não foram oferecidas contra-razões (fls. 658).

Recife, 29 de abril de 2014.

  
Eurico de Barros Correia Filho  
Des. Relator

tc

**4ª CÂMARA CÍVEL**

Embargos de Declaração na Apelação Cível nº 186313-2

Embargnte: Eliane Berardo Carneiro da Cunha

Embargo: UNIBANCO – União de Bancos Brasileiros S/A

Relator: Eurico de Barros Correia Filho

**VOTO**

Com efeito, na presente ação pretende a autora/embargante a repetição de indébito de tarifas e encargos cobrados de sua conta corrente no período de agosto/1994 até agosto/2003, bem como a condenação da instituição financeira em danos morais.

No que tange aos presentes aclaratórios, observo que a embargante suscita a existência de contradição no seguinte trecho do voto do Des. Jones Figueiredo (fls. 627):

*É de se reconhecer, igualmente, que ainda não se tem uma definição legal do que seja abusivo, extorsivo ou distorcido em relação ao mercado, ou ao que é justo, havendo a necessidade de delimitação destes conceitos.*

*Lado outro, afora a inexistência de parâmetros para que se possa dizer que a taxa de juros aplicada foge à normalidade, temos também a falta de amparo legal que permita impor ao credor o recebimento de valor inferior ao ajustado, principalmente se não há qualquer indício de prova no sentido de existência de vícios no pacto celebrado.*

Evidente, contudo, que pretensão defendida pela recorrente não se enquadra no conceito de contradição previsto no art. 535 do CPC apto a justificar o acolhimento de seu pleito.

Isto porque a contradição como pressuposto de admissibilidade para a via recursal eleita (embargos de declaração) exige verdadeira incoerência/incompatibilidade entre a fundamentação e a parte dispositiva do julgado, a saber:

*"A contradição autorizadora dos embargos declaratórios é aquela interna ao julgado, caracterizada por proposições inconciliáveis entre si, que dificultam ou impedem a sua compreensão. Assim, não há falar em contradição entre o acórdão embargado e outros julgamentos, proferidos no mesmo ou em outros processos." (STJ. EEARES nº 636344/PB. Relª. Minª. Denise Arruda)*

*"PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. CONTRADIÇÃO. INEXISTÊNCIA. OMISSÃO. INEXISTÊNCIA. 1. A contradição que dá ensejo a embargos de declaração (inciso I do art. 535 do CPC) é a que se estabelece no âmbito interno do julgado embargado, ou seja, a contradição do julgado consigo mesmo, como quando, por exemplo, o dispositivo não decorre logicamente da fundamentação. 2. Não caracteriza contradição, nesses moldes, o conhecimento de recurso especial fundado na antiga alínea b do art. 105, III, da CF, seguido de sua apreciação com base em considerações de índole constitucional assentadas pela jurisprudência do STF. É que a hipótese descrita naquele permissivo — acórdão que "julgar válida lei ou ato de governo local contestado em face de lei federal" — encerrava, segundo opinião majoritária da doutrina, contencioso de índole constitucional. (...) 4.*

*Embargos de declaração rejeitados. (EDcl no AgRg no REsp 534.990/RJ, Rel. Ministro TEORI ALBINO ZAVASCKI, PRIMEIRA TURMA, julgado em 20/06/2006, DJ 01/08/2006 p. 367)*

*"PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. CONCEITO DE CONTRADIÇÃO. INEXISTÊNCIA. 1. Contradição, em termos de embargos de declaração, é a incompatibilidade lógica entre os fundamentos do acórdão, ou entre estes e a sua conclusão. 2. . A só irresignação da parte, quanto ao resultado do julgamento, não configura nenhuma das situações processuais previstas no art. 535, CPC. 3. Embargos rejeitados." ( TRF 1ª Região. EDREO nº 199901000290090/GO. Rel. Juiz Olindo Menezes)*

*"É cediço que incorrentes as hipóteses de omissão, contradição, obscuridade ou erro material, não há como prosperar o inconformismo, cujo real objetivo é a pretensão de reforma o decisor, o que é inviável de ser revisado em sede de embargos de declaração, dentro dos estreitos limites previstos no artigo 535 do CPC." (STJ. Resp nº 804319/SC. Rel. Min. Luiz Fux)*

No caso em tela, inexistiu na entre a fundamentação e a parte dispositiva do voto de qualquer dos julgadores qualquer incompatibilidade que justifique o acolhimento da pretensão do recorrente.

A verdade é que através dos aclaratórios em apreço pretende a embargante a definição de critério para a correção dos valores que lhe são devidos, conforme expressamente consta no pedido da petição de embargos às fls. 649, a saber:

*"Por todo o exposto é que se requer a essa colenda Corte que, acolhendo os presentes embargos de declaração, emprestem os efeitos infringentes perseguidos para, enfrentando a contradição apontada, ante a ausência de ajuste expresso, eleja o entendimento hodierno do STJ, ou seja, a aplicação da taxa de juros média do mercado, restabelecendo-se assim a ordem e promovendo-se Justiça".*

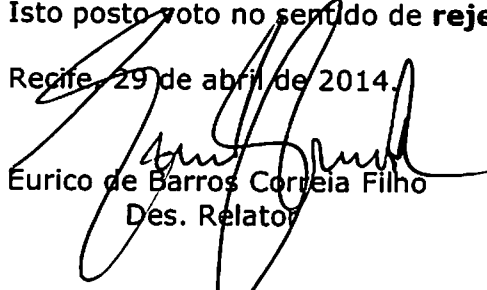
Necessário registrar que na petição inicial dos presentes autos a autora formula pedido certo e determinado no sentido de que os juros que lhe devem ser cobrados hão de observar o limite de 12% (doze por cento) ao ano, estabelecido no art. 192 da CF/88 (fls. 27/28).

Acontece, contudo, que, conforme ficou registrado no acórdão embargado, a limitação da taxa de juros ao percentual de 12% ao ano é inaplicável às instituições financeiras, conforme disposto na Súmula Vinculante nº 07 do STF e Súmula 382 do STJ.

Ou seja, a rigor, a pretensão engloba renovação de matéria de mérito, o que, como é sabido, não pode ocorrer em sede de embargos de declaração.

Isto posto voto no sentido de **rejeitar** os presentes aclaratórios.

Recife, 29 de abril de 2014.

  
Eurico de Barros Correia Filho  
Des. Relator

Tc